

FÓRUM DRS

Revista Eletrônica

Ano 1 | Edição 1 | março/2012



**Democratización de la Tierra
e Inclusión en Ecuador**



Congresso Virtual Internacional

Economia Verde e Inclusão Sócioprodutiva: o papel da agricultura

Reflexões para Rio + 20

09 a 30 de abril de 2012

PROG

TEMA

Palestras Magnas sobre Inclusão Socioprodutiva e Economia Verde

Eixo 1 - Desenvolvimento rural sustentável

Eixo 2 - Recursos naturais e soberania alimentar

Eixo 3 - Produção e consumo sustentável

Informações: contato@

PARTICIPE! www.comunicacao.org.br

tura familiar



Secretaria de
Desenvolvimento Territorial

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



GRAMA

	PALESTRANTES
erde	Tânia Bacelar e Eduardo Trigo
	Sergio Leite e Julio Berdegué
	Renato Maluf e Ricardo Abramovay
	Peter May

@congressorio20.org.br

gressorio20.org.br





EDITORIAL

Carta ao Leitor

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Diretor Geral: Víctor Villalobos

Representante do IICA no Brasil: Manuel Rodolfo Otero

Coordenação de Comunicação: Fernanda Tallarico

Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável

Coordenador Executivo Carlos Miranda

Assessor Técnico Breno Tiburcio

Assistente Técnico Renato Carvalho

Jornalista: André Kauric



REVISTA FÓRUM DRS

www.iicaforumdrs.org.br

Conselho Editorial: Manuel Otero, Carlos Miranda, Breno Tiburcio, Byron Miranda, Alberto Adib e João Torrens.

Redação

Editor-Chefe Carlos Miranda

Editora de Arte Patricia Porto

Jornalista responsável André Kauric

Foto de Capa Jacobo Zavala

Entre em contato com a redação

Representação do IICA no Brasil

SHIS QI 03, Lote A, Bloco F, Centro Empresarial

Terracotta

CEP 71605-450, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: (55 61) 2106-5477

Fax: (55 61) 2106-5458 / 5459

comunicacao@iicaforumdrs.org.br

A REVISTA FORUM DRS É UMA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA TRIMESTRAL. OS CONCEITOS EMITIDOS NOS ARTIGOS E MATÉRIAS ASSINADAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO REFLETINDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO FÓRUM DRS.

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.



Seja nosso amigo: [forum drs](http://forumdrs.org.br)

Siga-nos: <http://twitter.com/forumdrs>

SUMÁRIO

Perfil



Entrevista



Desafios do DRS



Artigos





Carlos Jara

“

Não se sabe que está enganado enquanto a prática não te mostra o erro.

”

Raio X

Professor de Sociologia, Economia Agrária e Modelos de Desenvolvimento da Universidade Católica de Quito-Ecuador, o Cientista social Carlos Julio Jara trabalha na Presidência da República do Ecuador com assuntos relacionados com o desenvolvimento rural sustentável (Buen Vivir Rural). Desenvolveu diversas ações de combate à pobreza e desigualdades sociais em diversos países da América Latina, a destacar Brasil, Chile e Ecuador. Jara é formado em Ciências Sociais, com especializações em Antropologia, Sociologia, Economia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Lutando por um rural mais justo

O cientista social Carlos Jara vem dedicando sua vida as iniciativas de combate à pobreza e as desigualdades sociais.

Ao ler este Perfil, muito dos leitores vão se identificar com a vida do equatoriano Carlos Jara. Os detalhes da trajetória da vida do equatoriano que trabalhou em diversos países da Região Sul impressionam pela proximidade com a história do desenvolvimento rural sustentável na América Latina e, sem dúvida, com a vida de diversos latino-americanos. Isso não o torna mais um, mas sim, uma parte destacada da história do rural no mundo.

A trajetória de Jara foi influenciada desde cedo. Nascido em Guayaquil, costa do Equador, Jara passou a infância inteira vivendo em uma fazenda de plantação de bananas. “Meu pai era responsável por duas plantações de bananas maiores que a cidade de Quito. Tinha um sistema de trem, tinha que andar de helicóptero”, explica.

O pai, superintendente da United Fruit Company no Equador, era responsável pela exploração da banana, mas também pelo recrutamento dos trabalhadores da fazenda. “Eram centenas de camponeses que surgiam diariamente na frente da fazenda lutando

por um trabalho”, lembra. Os melhores amigos eram os filhos dos trabalhadores da fazenda e Jara sentia na pele desde criança as injustiças sociais. “Mesmo convivendo no mesmo lugar, nossas realidades eram muito diferentes. Isso me marcou, pois meus melhores amigos estavam ali”.

Após passar um ano em Nova York estudando o segundo grau, Jara volta ao Equador e tem uma surpresa: todos os melhores amigos estavam mortos vítimas de intoxicação pelo fumigamento que era realizado nas plantações. Foi o primeiro forte impacto de sua vida e a partir do qual teve sua primeira consciência a favor da justiça social. Mais tarde o pai seria vítima de câncer de fígado provavelmente provocado pelo fumigamento. “Equador importava milhares de tóxicos. O que na Europa se tentava jogar no ‘lixo’, a burguesia equatoriana trazia aos montes.” Até os 18 anos, com exceção da viagem a Nova York, Jara sempre andou com produtores e camponeses. Nessa fase difícil, marcada por perdas, Jara escreveu livros e poemas.

Por influência do pai, que queria que fosse advogado, e do padrinho, à época Ministro de Educação, começou o curso de Direito em Quito com apenas 17 anos. Após 4 anos, ganha bolsa para estudar na Universidade de Georgetown, em Washington, e decide se aprofundar mais nas Ciências Sociais estudando desenvolvimento e sociologia.

Um segundo evento marcante foi quando regressou dos EUA e foi convidado a trabalhar com comunidades cristãs nas Serras de Quito, período que por diversas vezes foi preso por desenvolver projetos de desenvolvimento nestas comunidades. “Nem sabia direito porque era preso. É confuso. A cabeça dá voltas para tentar entender o que está acontecendo, onde está errando”, se recorda.

A partir desses acontecimentos começou a estudar antropologia no Chile. Foi quando conheceu Manfred Max-Neef, do qual foi assistente por dois anos durante desenvolvimento de projeto no norte do Equador. “Aprendi muito nesse momento”. Mas com o Golpe no Chile, Jara

foi obrigado a se refugiar na Holanda, e foi quando conheceu Teotônio Santos e Ernest Ludwig Feder. "Foi um momento muito rico no qual conheci e aprendi muito por meio de diversas bolsas que ganhei". Jara fez parte da primeira turma de desenvolvimento rural de toda a Europa.

No retorno ao Equador, Jara torna-se professor de Antropologia em Quito. Inquieto e sob a influência do processo de Reforma Agrária na América Latina, Jara resolve expandir seus conhecimentos na Universidade de Manchester, com foco em Economia Campesina.

Ao retornar ao Equador, Jara é convidado para trabalhar com o Presidente da República e com Manuel Chiriboga, e se torna gerente do Banco Campesino. Atualmente, Jara não trabalha como gerente do Banco, mas continua na Presidência da República do Equador, segundo ele, aprendendo e lutando por um rural mais justo, mas com mais experiência. Sempre contribuindo substancialmente em iniciativas de fortalecimento das organizações de base dos pequenos agricultores, camponeses e assalariados e seu empoderamento. "Minha vida tem sido exitosa não pelo econômico, mas pela coerência com o que faço, com o que penso e com o que vivi – harmonia. Quando passei por momentos turbulentos e confusos, eu construí um conjunto de idéias que não foram aceitas por dogmas. Mas temos de enxergar além dos discursos atuais, ter uma perspectiva mais humana. O desenvolvimento rural fracassou na América Latina por causa da matriz epistêmica. A sociedade que queremos para viver está em perigo, caminhamos para autodestruição. Precisamos, urgentemente, refletir desde o ponto de vista ético".

Poema

*De mañanita y garuando
salen los peones al corte
en sus manos van cargando
palancas, machetes, "garabatos"
los persigue el capataz
montado en mula mañosa
en la hacienda, el "manda más"
se queda, desayunando
se corta racimo y racimo
se llena camión tras camión
los cuerpos se van gastando
por toda la plantación
Martín y Fermín regresan
oliendo a luto y a hierba
a fruta para extranjeros
matando una que otra culebra
para venderla al patrón
Don Heraclio, el compadre
regresan cantando, muriendo
cansados
caminando sobre piedras
en el lodo de la tarde
por un salario de mierda...*

*Carlos Jara
a los 15 años*



Humberto Oliveira é consultor independente, especialista em desenvolvimento territorial



É parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade em seu poema Eterno, quando anuncia “*E como ficou chato ser moderno. Agora serei eterno. Eterno! Eterno!*”, que faço expressar esse pensamento. A despeito da modernidade do campo tão efusivamente anunciada, o rural precisa ser tratado como o lugar da sustentabilidade, do futuro da humanidade.

Essa reflexão não se encontra no centro do debate sobre o rural brasileiro, ainda dominado exclusivamente pelos temas relacionados à agricultura, à reforma agrária e ao meio ambiente, atuais, importantes e estratégicos, mas insuficientes.

Do ponto de vista político o mais grave é o fastio da sociedade brasileira sobre o tema. É como se o assunto fosse extemporâneo ao século XXI, num país urbano e industrializado. Assim criou-se uma reserva de domínio dos ruralistas, considerados os legítimos defensores do desenvolvimento

Um rural para ser eterno e não somente moderno

no campo, enfeitando a todos com seus parâmetros de modernidade, principalmente pelo uso de tecnologia avançada e os altos índices de produtividade obtidos.

Falta colocar no centro do debate nacional o novo papel que compete ao rural no desenvolvimento do Brasil e isto é do interesse de todos os segmentos sociais. A questão é: como vencer e interessar a sociedade brasileira?

Para começar é necessário re-discutir o conceito de rural, considerando-o não como setor, mas como espaço onde estão presentes cidade e campo de mais de 85% dos municípios e cerca de 30% da população do país, onde se realizam atividades econômicas dos setores primário, secundário e terciário, onde se produzem alimentos e energia, onde se guarda um imenso patrimônio cultural, onde ficam as reservas florestais e a água, onde estão presentes trabalhadores e empresários da indústria, agricultura, turismo e comércio. Nesse rural são demandadas políticas públicas de educação, saúde, habitação, cidadania, esporte, lazer, cultura, comunicações, segurança, meio

ambiente, além de políticas agrícolas e agrárias.

Esse debate ainda timidamente iniciado não é algo do passado. É do futuro. Para quem só acredita no Brasil se espelhando no primeiro mundo, vale lembrar que Inglaterra, França e Espanha revisaram recentemente suas legislações aprovando novas leis de desenvolvimento rural com essa abordagem.

Atualmente dois projetos de lei tramitam no Congresso Nacional sobre o assunto. No Senado, o PLS 258/2010 do Senador Antonio C. Valadares, do PSB de Sergipe, e na Câmara o PL 54/2011 do Deputado Assis do Couto, do PT do Paraná. Ambos utilizaram a proposta elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, colegiado pertencente a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário e composto por representantes de governos e sociedade civil.

A aprovação de uma lei dessa natureza é fundamental para reposicionar o rural brasileiro, que mais do que moderno, cumpra o seu papel de contribuir como assegurador da eternidade, entendida aqui como a continuidade da vida no planeta. ■



Inclusión socio - productiva como contribución a la reducción de la pobreza rural.

La Experiencia de la Cooperativa Manduvirá Ltda.

- De Fernando Díaz -

Foto: Fernando Díaz



Ada Zárate Ibarrola

Ingeniera Agrónoma graduada en la Universidad EARTH de Costa Rica, posee postgrado en Evaluación de Impacto Ambiental y Didáctica Universitaria. Trabaja actualmente en la Cooperativa Manduvira Ltda. Desde el año 2008, es jefa del Departamento Agropecuario y responsable del Sistema de Control Interna de la producción orgánica del cultivo de la caña de azúcar.

La Cooperativa Manduvirá Ltda., con asiento en la localidad de Arroyos y Esteros, en el departamento de Cordillera, Paraguay es la primera cooperativa productora y exportadora de azúcar orgánica del país. Trabaja con una herramienta de cooperación denominada "Comercio Justo", que contribuye a la erradicación de la pobreza. Fue fundada en el año 1975 con 39 socios y a la fecha, cuenta con 1.500, de los cuales 800 se dedican al cultivo de caña de azúcar.

*La Ing. Agr. **Ada Griselda Zárate Ibarrola**, Jefa del Departamento Agropecuario de la Cooperativa, nos comenta en esta entrevista que con la buena utilización de Comercio Justo, ha sido posible para la Organización **contribuir a la inclusión socio - productiva de los pequeños agricultores** y obtener su propia certificación en la producción de azúcar orgánica*

y con ello posicionar una marca comercial de alta calidad en el mercado internacional.

¿Cuáles son las diferencias que existen entre la Cooperativa Manduvira Ltda. y otras cooperativas de la región que trabajan con rubros agrícolas?

La Cooperativa es dueña y posee la certificación de toda la cadena productiva de la caña de azúcar; vale decir desde la producción de la materia prima, pasando por la industrialización, hasta la exportación a los principales mercados internacionales; mientras que las otras cooperativas que trabajan con caña de azúcar, son proveedores de materia prima para los ingenios azucareros. Manduvirá es la única cooperativa en el país que tiene la certificación orgánica y la de Comercio Justo de todo el proceso; y la única que puede exportar a Corea.

Para cumplir con este proceso, la Organización cuenta con un "Sistema Interno de Control" integrado por cinco inspectores, más un "comité orgánico" que evalúa todo el proceso previo a la visita de los certificadores internacionales. Cada inspector tiene a su cargo alrededor de 110 fincas. Aparte, en el año 2004, se alquiló un ingenio azucarero en Benjamín Aceval, Chaco adonde se lleva la caña para su procesamiento. Pero desde este año, se está construyendo un ingenio propio, en un predio ubicado a 5 km. de la sede de la Organización, con una inversión de 14 millones de dólares.

¿Ud. considera que la Cooperativa contribuye a la inclusión socio - productiva de los pequeños agricultores de su entorno? ¿Cómo lo hacen? ¿Qué estrategias utilizan?

Los productores asociados a la Cooperativa se encuentran no solo en Arroyos y Esteros, sino además en los distritos de 1° de Marzo, Juan de Mena, 25 de Diciembre y en una parte de Tobatí. Actualmente, de los 800 productores de caña, 564 están incorporados al Programa Orgánico que cuenta solo con fincas certificadas. En este grupo, hay productores que cuentan

con ½ ha. de caña dulce; otros poseen 60 ha. Y a todos se les brinda el mismo servicio y con la misma calidad. A todos se les ofrece asistencia técnica y un servicio de prestación de maquinaria para la preparación del suelo, a un precio ventajoso. Se les provee de insumos como semillas y fertilizantes orgánicos a precios muy accesibles; y se imparten cursos y charlas técnicas.

¿Uds. trabajan con Comercio Justo, ¿cómo la aplicación de esta herramienta, contribuye a la reducción de la pobreza rural en la región?

El comprar y consumir productos con sello de Comercio Justo de Cooperativa Manduvirá, tiene un impacto decisivo sobre el desarrollo social y económico de la Organización; de sus socios y de toda la región de Arroyos y Esteros, principalmente. Los socios participan activamente en las Asambleas así como en la toma de decisiones. Al tener el certificado de Comercio Justo, tiene que tener dos asambleas al año: La Asamblea General de Socios, similar a las demás cooperativas; y la Asamblea de Comercio Justo, en la que solamente participan los productores de caña dulce.

¿Cuáles son los resultados concretos del uso de esta herramienta en las condiciones y calidad de vida de los productores?

Al productor se le garantiza que va a vender su caña dulce y que va a recibir el plus de Comercio Justo correspondiente. Para ello se cuenta con 40 centros de acopio o "guinches" donde puede hacer llegar su caña, que se transporta al ingenio en Benjamín Aceval. El flete desde cada centro de acopio hasta el ingenio, es absorbido por la Cooperativa.

El Comercio Justo establece una prima de US\$ 80, por cada tonelada de azúcar orgánica vendida. Cada año, los socios productores se reúnen y toman la decisión de cómo invertir la prima. Un 50% queda para la Organización; mientras el restante 50% se distribuye entre los productores. Hoy día, muchos ya lo destinan como aporte de capital para la construcción del futuro ingenio azucarero. Se cuenta con un centro médico; se entregan kits escolares, uniformes y útiles a los hijos de los productores. Muchos socios destinan la suma recibida al mejoramiento de sus viviendas o en la educación de sus hijos.



“ En las actuales condiciones de competitividad y globalización de mercados, ya no podrá en forma individual mejorar su calidad de vida. ”

¿Qué futuros proyectos productivos y/o sociales encarará la Cooperativa?

El proyecto más importante, es la construcción de la propia planta procesadora de azúcar orgánica. Se estima que para el 2013 ya se estaría realizando el proceso de industrialización de la caña, en la nueva planta. Esto representará ventajas competitivas en términos de costos de alquiler, y de flete; también una mayor capacidad de molienda que será de una tonelada por

día, cuando en el ingenio de Benjamín Aceval se procesan 600 toneladas al día.

Otro proyecto en estudio, es la construcción de una planta de procesamiento de abonos orgánicos para proveer del insumo a los socios. A largo plazo, se piensa construir una planta generadora de energía alternativa a partir de los desechos que se generen en la nueva planta. La energía obtenida se utilizará en el ingenio y los excedentes se distribuirían a las comunidades vecinas.

Ing. Ada Zárate, ¿Que mensaje dejaría Ud. a los pequeños productores rurales del país?

El pequeño productor tiene que asociarse en cooperativas, para ser parte activa de cualquier cadena de producción y comercialización agrícolas. En las actuales condiciones de competitividad y globalización de mercados, ya no podrá en forma individual mejorar su calidad de vida. En cambio asociado a una cooperativa de producción, sí lo podrá hacer, sobretodo si se aplican los principios del Comercio Justo.

Diálogos do Fórum DRS

Conheça a nova publicação do Fórum DRS



A série “Diálogos do Fórum DRS” é uma publicação exclusiva do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS). Tem origem na seção “Diálogos”, do Boletim Informativo do Fórum DRS, que brindou durante anos o leitor com entrevistas e debates com personalidades relacionadas ao tema DRS, a série “Diálogos do Fórum” ganha espaço exclusivo entre publicações do Fórum DRS a partir de março de 2012.

Em novo formato, a série oferece ao leitor conteúdo rico e exclusivo, com pontos de vista distintos, permitindo que você tenha um panorama mais amplo à respeito dos temas relacionados ao DRS. A interação marca este novo espaço, já que os usuários podem interagir com os participantes dos diálogos por meio do site do Fórum DRS.

A primeira Edição encontra-se disponível no site: www.iicaforumdrs.org.br





Democratización de la Tierra e Inclusión en Ecuador

En el actual contexto ecuatoriano, el Gobierno nacional, en el marco de su estrategia de desarrollo de “democratización de los medios de producción, redistribución de la riqueza y diversificación de las formas de propiedad y organización” está impulsando, una nueva política agraria que viabilice el acceso a la tierra, al crédito y a los medios de producción, como una forma de garantizar los derechos sociales, y contribuyan y aseguren la inclusión económica y social de los sectores rurales más empobrecidos a un proceso de desarrollo integral sostenible.

El Ecuador es un país de 14 millones de habitantes con una extensión de 250 mil km². El 47% de esta área se orienta a la producción agropecuaria, especialmente por la vocación natural y geográfica del territorio, generando condiciones adecuadas para el establecimiento de diferentes tipos de productores, como aquellos que concentran grandes propiedades dedicadas a monocultivos, así como una gran mayoría de unidades que trabajan en régimen familiar de producción y aún que no tengan niveles significativos de producción, en conjunto, abastecen las necesidades alimenticias del País. Estas actividades productivas, asentadas en las zonas rurales, concentran el 42% de la población rural ecuatoriana y es donde se registran los niveles más altos de pobreza.

En esta realidad geográfica y de acuerdo a los contextos político-institucionales se han ensayado una serie de iniciativas para desarrollar el sector. Este fue el caso de la fallida reforma agraria del 1964, cuyo efecto mayor fue la polarización de las economías del agro: creando, por un lado, grandes productores quienes obtuvieron las mejores tierras, acceso al crédito, a la tecnología y a los mercados y, por otro, los miles de campesinos po-

bres, asentados en ecosistemas frágiles, con escasos medios de producción y presionados por la consecuente migración.

Por otro lado, la dependencia de la economía nacional de productos agropecuarios de exportación, que sufrieron crisis importantes a mediados del siglo XX, el apareamiento del petróleo en 1972, como el nuevo recurso financiero del Estado, y otras crisis políticas y sociales durante la década de 1990, constituyeron algunos de los factores que llevaron a la desatención del agro ecuatoriano. Sin embargo, a partir del 2007, el país inicia una nueva administración, el mismo tiene un alto énfasis en la transformación del Estado, que desde la nueva Constitución, promueve un cambio en el modelo de desarrollo hacia el "Buen Vivir". Es en este nuevo contexto que se establece como pilar fundamental el "Impulsar el Buen Vivir en territorios rural y la Soberanía Alimentaria" como una forma de reducir los problemas antes citados.

La deuda social y el plan tierras como avance a la democratización de los medios de producción.

El sociólogo Miguel Carvajal, vice ministro de Desarrollo Rural del Ecuador, afirma que el Estado tiene una deuda social que exige grandes esfuerzos porque es

la acumulación de décadas de abandono, pero al mismo tiempo destaca que en estos cinco años de gobierno se ha bajado el índice de pobreza rural en nueve puntos porcentuales y que se espera llegar a una verdadera transformación de este sector, con las acciones en ejecución.

Frente a este reto, plantea las siguientes metas en su gestión: democratizar el acceso a la tierra y los medios de producción, mejorar la producción y la productividad de los pequeños productores, garantizar la seguridad y la soberanía alimentaria y garantizar el acceso a los mercados internos y externos. Aclara que pequeños productores son aquellos que poseen menos de 50 ha, los mismos alcanzan los 730 mil, de un total de 850 mil productores.

Miguel Carvajal indica que se han entregado 11 mil hectáreas administradas por el Estado y 1.500 hectáreas de tenencia privada que no cumplían con su función social y ambiental. Para este año la meta es entregar 20 mil ha adicionales. Afirma también que han accedido a estas tierras, asociaciones de pequeños productores sin tierra, pequeños productores y comunidades pobres y que los créditos para la compra cuentan con un subsidio estatal, para los productores del nivel económi-



El Estado tiene una deuda social que exige grandes esfuerzos porque es la acumulación de décadas de abandono.

Miguel Carvajal

co más bajo. También comentó que ha dado solución, en más del 50%, al problema de titularización, aportando así a la seguridad jurídica que garantiza esta redistribución.

El vice ministro Carvajal advierte que esta nueva política agraria exige fortalecer las organizaciones, para conformar redes de producción y de comercialización que disminuyan la presencia de los intermediarios que encarecen los productos y disminuyen la utilidad de los pequeños productores principalmente.

El acceso a la tierra no basta para llevar adelante este proceso, concluye el vice ministro, es necesario entregar créditos a través de la banca estatal para el desarrollo de la producción. Asegura también que se necesita la acción coordinada con otras instancias de gobierno, como el Ministerio Coordinador de Desarrollo

Social, para extender el acceso a los servicios de salud, educación, saneamiento, conectividad, agua potable, red eléctrica, etc. ya que la falta de estos incide en la agudización de la pobreza rural.

Carvajal afirma que el Ecuador tiene gran apertura comercial y que busca fortalecer los acuerdos regionales, pero que su política se basa en la defensa del productor y de la producción nacional, como una forma de asegurar la soberanía alimentaria, la consolidación del proceso de recuperación del potencial agrario y la disminución de los problemas sociales.

Acercando la política pública agraria al territorio: experiencias productivas en ejecución

Siberia Mache (Costa Ecuatoriana)

En el Ecuador, varias tierras han sido entregadas a asociaciones de pequeños productores, como

parte del "Plan Tierra", impulsado por el Gobierno y canalizado por el Ministerio de Agricultura, Ganadería, Acuacultura y Pesca (MAGAP). Una de esas unidades productivas se encuentra en la provincia de Manabí, a 20 km del cantón Pedernales, ahí se ubica la hacienda Siberia Mache, incautada por el Gobierno a la banca privada, con una extensión de 1.212 ha. Esta propiedad es hoy administrada por la Asomache, organización formada por 99 socios productores y actualmente presidida por Walter Peña, quien nos informó sobre el proceso de adjudicación y el trabajo comunitario que allí se despliega.

Walter Peña reseña que en el año 2009 esta hacienda fue adjudicada a la asociación, luego de cumplir requisitos como: agrupar a miembros que no tengan ninguna propiedad, que no sean empleados públicos, que sean

de escasos recursos y que quieran además, adquirir el terreno como propiedad comunitaria. Fue necesario además presentar un plan productivo viable, para acceder a créditos del Banco Nacional de Fomento y poder empezar su proyecto productivo.

Aquí tenemos vivienda, trabajo, alimentación, capacitación y asistencia técnica para mejorar nuestra producción, con la organización hemos accedido a la salud, con el esfuerzo comunitario hemos construido la escuela para nuestros niños y el salón comunal que está por terminarse.

más o no somos nadie. Aquí somos personas con una vida digna”, al referirse a los miembros de la organización. “Aquí tenemos vivienda, trabajo, alimentación, capacitación y asistencia técnica para mejorar nuestra producción, con la organización hemos accedido a la salud, con el esfuerzo comunitario hemos construido la escuela para nuestros niños y el salón comunal que está por terminarse”. Reconoce aún la importancia del impulso estatal para que empezasen a caminar, pero está consiente de que falta mucho para alcanzar un nivel de vida acorde con el desarrollo del país y del mundo.

Hacienda Huaquer (Serranía del Ecuador)

En la provincia serrana del Carchi, se conformó la asociación Un Paso Hacia el Progreso, quienes luego de dos años, lograron que el Estado facilite la adquisición de la hacienda Huaquer, ubicada en el cantón Mira. Esta asociación está conformada por 21 socios, en su mayoría ex trabajadores de esa hacienda, quienes apoyados por la Corporación Provincial de Organizaciones Campesinas del Carchi, lograron acceder a estas tierras.

La hacienda Huaquer era de un solo terrateniente y para conseguir la transferencia de propie-

Actualmente, la producción se diversifica en productos de auto abastecimiento: plátano, yuca, frejol y otros alimentos de consumo familiar, además cultivan café y cacao cuyo excedente lo exportan. Complementariamente se dedican a la crianza de gallinas y cerdos y en una escala un poco más alta, tienen también inversión en ganado vacuno. Han reactivado una camaronera abandonada y el rédito de la comercialización del camarón, se reinvierte a través de la misma asociación.

El presidente de Asomache reconoce en la decisión política del gobierno, una herramienta para reducir la pobreza y afirma que: “En la ciudad somos uno



Agricultores de Huaquer, regresan a sus hogares luego de la jornada

dad hacia la asociación, se tuvo que buscar el apoyo, no solo de la corporación provincial campesina, sino de las mismas instituciones públicas encargadas de promocionar y ejecutar el mandato constitucional de democratizar el acceso a la tierra, como el MAGAP.

El acompañamiento institucional, especialmente de esta entidad, es permanente ya que los socios son parte de las Escuelas de la Revolución Agraria, donde se capacitan para mejorar la producción, y donde tienen el respaldo para consolidar su proceso emprendido.

Esta unidad administrada por pequeños productores ha logrado incrementar la producción aguacatera, en base a la agricultura orgánica. Han puesto énfasis en la aplicación de prácticas agrícolas ancestrales y de tecnologías limpias para la conservación del ecosistema, permitiéndoles obtener alimentos sanos, competitivos y respetuosos con el medio ambiente. Han incursionado en los mercados internos, pero también han diversificado los cultivos de forma a garantizar el autoabastecimiento y la comercialización de los excedentes. Además han iniciado un proyecto ganadero con 21 cabezas de ganado vacuno.

La articulación institucional necesaria para el desarrollo rural

Marcela Andino, socióloga del equipo del Ministerio Coordinador de Desarrollo Social (MCDS), indica que el desarrollo rural no solo es el acceso a la tierra, ni es solo el incremento económico, implica también el avance en lo social. Afirma que la propia institucionalidad debe fortalecer su visión de lo rural, el Estado no puede llegar con su acción a comunidades dispersas y con condiciones diferentes de escolaridad, de asociatividad, etc., de la misma manera que llega a comunidades urbanas que tienen otro contexto. Piensa que se debe tomar en cuenta las particularidades para fortalecer la presencia institucional y garantizar su efectividad al momento de trabajar por el desarrollo comunitario.

Andino explica que llevan adelante una política de "cierre de brechas", que consiste en buscar soluciones a los problemas que inciden en el deterioro social, desde un planteamiento territorial o sectorizado, donde es indispensable tomar en cuenta las particularidades de cada zona. Esto permitirá coordinar adecuadamente la implementación de la infraestructura de educación, salud,

saneamiento, inclusive de vivienda, entre otros campos que deben ser atendidos de forma paralela al proceso de redistribución de tierras y de aplicación de programas crediticios.

La intervención del MCDS en el sector rural, según Andino, se hará por etapas y que se dará prioridad al atendimento de los sectores sociales marcados por su pobreza extrema y donde no se han implementado los servicios básicos. Dice que la disminución de la pobreza rural depende de la suma de esfuerzos institucionales en una estrategia global del Estado.

Estas iniciativas integran un conjunto de políticas que buscan llevar a cabo el proceso de recuperación de los espacios rurales de Ecuador, a partir de mecanismos de inclusión social y productiva. Se han dado pasos inéditos y radicales en la democratización del acceso a la tierra, al crédito productivo, a otros medios de producción y a los servicios sociales básicos, en un proceso articulado que recupera la dignidad de los trabajadores y productores rurales.



Santiago Arguello Coronado, periodista
colaborador de la *Revista do Fórum DRS*.





Cidades-sede da Copa 2014 no Brasil ganham projeto de resíduos sólidos

Conheça o projeto de cooperação técnica desenvolvido em parceria pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o IICA, que pretende melhorar a responsabilidade socioambiental e disseminar a política de gestão de resíduos sólidos.

A Copa do Mundo no Brasil em 2014 deve deixar um legado importante para as 12 cidades-sedes que irão receber as partidas entre os dias 12 de junho e 13 de julho. O impacto do segundo maior evento esportivo do planeta pode ir além da infraestrutura, dos belos estádios, do transporte coletivo e da rede hoteleira. O momento favorável de mobilização gerado pelo Mundial é uma chance para o País melhorar a responsabilidade socioambiental e disseminar a política de gestão de resíduos sólidos.

Nesse cenário, foi criado o projeto Gestores nas Capitais da Copa 2014 que visa contribuir com a sustentabilidade dos centros urbanos brasileiros, fortalecer a cadeia urbana da reciclagem de resíduos sólidos e a organização social dos catadores. Para diminuir os impactos negativos provocados pelo crescimento da produção de lixo, a principal alternativa é a implantação da coleta seletiva integrada a outras políticas de tratamento de resíduos, como a implantação de aterros sanitários.

CONHEÇA O PROJETO

Iniciado em 2011, a primeira etapa do projeto de coopera-

ção técnica estabelecido entre a Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o IICA, coordenado pela doutora em Engenharia de Produção e consultora do IICA Brasil Jacqueline Rutkowski, consiste em fazer o contato com os catadores e as prefeituras. “Temos doze gestores em cada cidade da Copa do Mundo e estamos preparando um diagnóstico para que possamos começar um planejamento conjunto”, destacou. Em Porto Alegre, por exemplo, o plano envolve 17 associações. “Visitamos todas as organizações de catadores e fizemos entrevistas com intuito de avaliar a cadeia da reciclagem, desde a parte interna até a produção e comercialização”, revelou a gestora Denise Laitano.

Ao final do diagnóstico serão levantadas as ações prioritárias, de acordo com a realidade de cada cidade, com a informação dos catadores como prioridade e com o envolvimento dos parceiros de cada região. Na capital do Rio Grande do Norte, quatro associações fazem parte do programa e já foi possível ver um progresso diante dos dados

apresentados na primeira fase em Natal (RN). De dezembro de 2011 para janeiro deste ano, a renda mensal dos catadores subiu R\$80,00 passando para R\$480,00.

No entanto, a realidade encontrada nos galpões destinados a reciclagem mostra as dificuldades a serem enfrentadas pelo projeto. Mesmo em Porto Alegre, uma das cidades pioneiras quando se fala em coleta seletiva, foi constatado que os catadores não têm uma cultura organizacional e que as políticas públicas não tem dado o incentivo necessário. “A estrutura dos galpões está sucateada e a produção é considerada baixa. Apenas duas organizações contam com veículos próprios para a coleta e os equipamentos no geral são antigos”, revelou a gestora Denise.

Identificar oportunidades para a ampliação da comercialização de materiais recicláveis, assim como encontrar parceiros e contratação de crédito, faz parte do segundo objetivo do programa. Em Natal, a quantidade de recicláveis comercializados pelos catadores no mês de janeiro subiu para 300 toneladas, sendo que a quantidade de resíduos sólidos gerados no município ultrapassou a marca de 30 mil e

apenas 1% dos materiais foram reciclados. “Muito pode ser feito com as parcerias e com o apoio do Banco”, conclui Denise.

Apoiar os catadores é reconhecer o serviço ambiental prestado por eles, esclarece Jacqueline Rutkowski, que cita o exemplo das garrafas pets. “A grande parte já não cai mais nos rios e também não sobrecarrega os aterros sanitários. O material agora é vendido para a indústria e as associações fomentam uma atividade econômica”, frisou.

A última fase do projeto pretende qualificar o plano de negócios DRS e proporcionar aos catadores uma atividade mais vantajosa para que eles não sejam explorados dentro da cadeia da reciclagem.

CENÁRIO

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos obriga os municípios a terem aterro sanitário que seja associado a outra cidade até 2014. Mas a realidade brasileira é bem diferente. A maioria ainda possuem lixões e não contam com coleta seletiva. Considerado um dos maiores problemas dos aglomerados urbanos a produção de resíduos tem se transformado com o tempo. Se antes o

lixo era composto por restos de alimentos, papéis, entre outros materiais, menos poluentes a natureza, agora os plásticos, assim como os produtos eletrônicos, se tornaram um dos grandes inimigos do planeta.

Com o crescimento econômico, o consumismo se tornou a maior causa do inchaço do lixo nas cidades. Por isso, o tempo de decomposição tem aumentado assustadoramente. Segundo a coordenadora do projeto Gestores nas Capitais da Copa 2014, uma garrafa plástica pode levar até 1 milhão de anos para decompor-se, enquanto uma lata de alumínio chega a durar 100 anos. “Estatísticas indicam que cada pessoa no Brasil produz, em média, 1 quilo de lixo por dia e apenas 13% dos municípios brasileiros têm aterros sanitários”, revelou Jacqueline.

Segundo os dados do CEMPRE/Ciclossoft2010 443 municípios brasileiros operam programas de coleta seletiva, ou seja, aproximadamente 8% do total. Cerca de 22 milhões de brasileiros têm acesso a programas de coleta seletiva, no entanto, na maior parte das cidades a coleta não cobre mais que 10% da população local. A maior concentração dos programas mu-

nicipais permanece nas regiões Sudeste e Sul do País. Do total de municípios brasileiros que realizam esse serviço, 86% está situado nessas regiões.

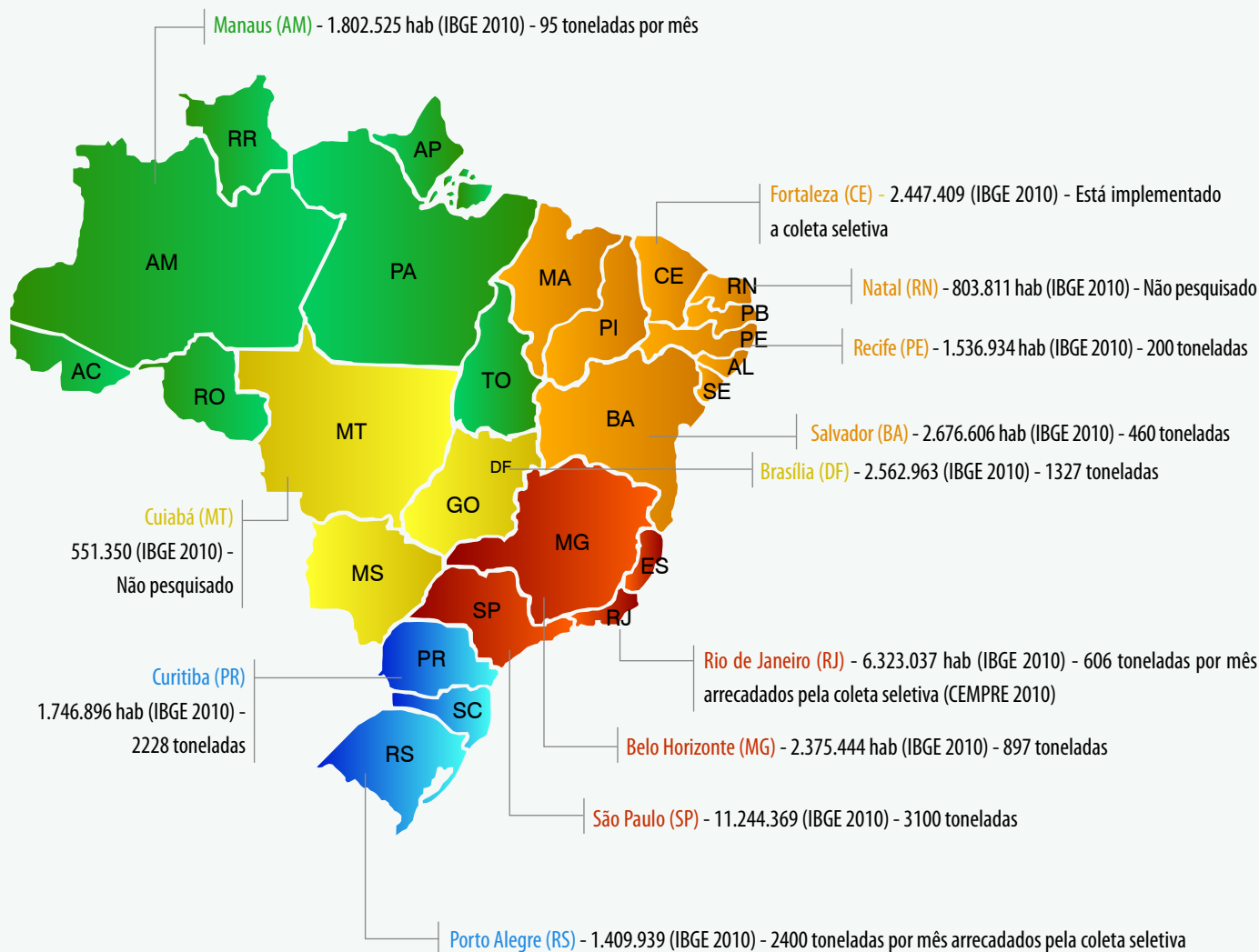
Entre as cidades pesquisadas, Curitiba (PR), Itabira (MG), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Santos (SP), Santo André (SP) e São Bernardo do Campo (SP) têm 100% da população atendida pela coleta seletiva. Jacqueline explica que no Plano Nacional de Resíduos Sólidos também faz parte a inclusão dos catadores. “O projeto permite fazer uma intervenção que facilita na ampliação da coleta seletiva nos municípios, aumentando assim, a mobilização e os resultados”, acredita.

RURAL

Uma outra preocupação é com as áreas rurais. Com cada vez mais lixo industrializado, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos não exclui esses pequenos municípios. Mas a dificuldade da gestão técnica e a falta de capital humano impede que se desenvolva melhor a relação da população com os resíduos.

Jacqueline acredita que o projeto também gera conhecimento para as prefeituras. “Acho que essa experiência pode ser re-

O atual cenário da coleta seletiva nas cidades-sede da Copa 2014



plicada no campo. Apesar do rural ainda ter menos embalagens industrializadas, ainda ocorre com frequência a queima desses resíduos, assim como se enterra o lixo. Isso é grave ambientalmente, porque pode poluir o solo e o lençol freático. Ainda bem que o volume é considerado pequeno”, disse.

A relação ao destino dos lixos estão relacionados a grande utilização de sacolas plásticas, lixos de banheiro e embalagens de agrotóxicos que interfere não só no meio ambiente, como pode gerar problemas na saúde humana e animal.

A conscientização é uma parte importante. Para a especialista

a população está percebendo o valor dos resíduos. “Temos que considerar o manejo adequado do lixo com a preservação do meio ambiente”, alertou. As mudanças de hábitos existentes precisam ser sustentáveis para a produção e o consumo.

 Lorena Castro, jornalista colaboradora da Revista do Fórum DRS



Carlos Miranda é especialista em desenvolvimento rural do IICA Brasil.



A análise dos dois temas centrais da *Conferência Rio+20* (economia verde e desenvolvimento sustentável) suscita uma reflexão em duas perspectivas: uma relacionada, até o momento, à ausência de posicionamento político das organizações da sociedade civil no debate sobre o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza no Brasil; e outra, de caráter econômico, que focalize o crescimento da importância do Brasil na produção e fornecimento de alimentos para uma população mundial que atingirá, em 2050, aproximadamente 9 bilhões de pessoas.

Em relação ao primeiro, o desafio primordial é o aperfeiçoamento das políticas públicas de desenvolvimento rural, fortalecendo a articulação e a integração dos atores sociais nos processos de formulação, execução e controle social das iniciativas gover-

namentais. O desenvolvimento sustentável exige uma estrutura institucional que compatibilize suas dimensões ambiental, econômica e social de forma a garantir a promoção da igualdade, a produção sustentável, a dinamização das economias territoriais, a segurança alimentar e a cidadania às populações rurais.

Por outro lado, o segundo tema está relacionado à manutenção do ritmo atual da produção de alimentos no Brasil, cujo ponto central é estabelecer as bases de um modelo de desenvolvimento agropecuário sustentável que tome em conta os postulados da economia verde alinhados ao papel da agricultura familiar, que é praticada em cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos, ocupa 75% da mão de obra disponível na agropecuária nacional e produz a maior parte dos alimentos da cesta básica da população.

Em nossa visão, a *Conferência Rio+20* cria um espaço amplo e democrático para as organizações da sociedade civil, gestores públicos e chefes de governo debaterem, definirem e encaminharem uma agenda do desenvolvimento sustentável para as

próximas décadas. Por esta razão, é importante destacar a ação do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura e o Ministério de Desenvolvimento Agrário de promover um Congresso Virtual Internacional sobre economia verde, inclusão socioprodutiva e o papel da agricultura familiar com o intuito de aproximar o cidadão aos temas centrais da Conferência.

Trata-se de um evento de caráter preparatório para promover uma reflexão estruturada para *Rio + 20*. O congresso discutirá com reconhecidos especialistas de diversas áreas do conhecimento, gestores públicos e sociedade civil questões acerca das temáticas da economia verde e inclusão socioprodutiva, do desenvolvimento rural sustentável, dos recursos naturais e soberania alimentar, e produção e consumo sustentável.

Ações como essa podem estimular e qualificar a participação da sociedade civil na *Rio+20* no enfrentamento dos desafios apontados acima, contribuindo principalmente para o êxito do evento. ■

Um estímulo à participação pública na Rio+20





Fórum DRS: sete anos de contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Criado em 2005, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA Brasil ampliou o debate acerca de temas relevantes para a sociedade brasileira e colaborou na criação de políticas públicas para América Latina e o Caribe. Nesta reportagem, o leitor poderá conhecer a história de formulação do Fórum, suas principais realizações, ações e projetos nesses sete anos e o atual processo de ampliação para expandir suas fronteiras ainda mais.

Há 10 anos temas como desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento territorial, combate a pobreza nas zonas rurais, agricultura familiar, a definição dos espaços urbanos e rurais e vários outros que hoje se tornam cada vez mais comum no que diz respeito ao debate de novas políticas públicas não eram tão discutidos assim fora do meio acadêmico no Brasil.

Desafiado a agir no debate e na geração de um novo modelo de desenvolvimento como parte de seus ajustamentos conceituais das atividades de cooperação técnica, o IICA, então, organizou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável. A meta é contribuir para o desenvolvimento da capacidade técnica, institucional e gerencial dos integrantes e parceiros, operando também como instrumento de integração latino-americana para a gestão do conhecimento relacionado com o tema e o combate à pobreza rural e as dificuldades sociais.

Conhecimentos e informações pertinentes relativas ao planejamento e gestão social das zonas rurais, a geração de emprego não-agrícola nas zonas rurais, o turismo rural, agricultura familiar, financiamento de polí-

ticas e projetos, Cooperativas e Associações e treinamento de liderança, líderes técnicos e rural passaram a ser difundidas, com a colaboração de parceiros, e atingindo diversos setores da sociedade brasileira.

“O Fórum não é somente o conjunto de instrumentos por ele operacionalizado, mas sim um espaço democrático para debates de ideias, entre seus associados, que possibilitam acumular um acervo de conhecimento amplo e diversificado em matéria de desenvolvimento rural”, Carlos Miranda

A partir daí, a atuação do Fórum DRS se expandiu amplamente. Além de todo o conhecimento acumulado, foram realizadas experiências e ações com a participação de numerosos países das Américas e comunidades ibero-americanas. O processo de cooperação internacional cresceu e teve a ajuda de colaboradores, especialistas das áreas, instituições governamentais, organismos internacionais e entidades que atuam em áreas relacionadas.

“As missões técnicas internacionais apoiadas e recepcionadas pelo Fórum DRS, tiveram como um dos seus resultados a homologação de acordos de coope-

ração técnica entre instituições estaduais e federais do Brasil com países centro americanos, Equador entre outros. Estes permitiram, por um lado, a realização de intercâmbios de experiências em políticas de desenvolvimento territorial em territórios brasileiros e, por outro, o apoio de especialistas e parceiros do Fórum DRS em eventos, consultorias e debates fora do Brasil. Estas ações corroboraram com iniciativas como a ECADERT e, atualmente, apóiam um estudo para o desenvolvimento de modelo organizacional para a gestão social em territórios fronteiriços entre Brasil e Uruguai”, disse Breno

As ações se multiplicaram. Revista, 84 Boletins mensais, Website e a Série de Desenvolvimento Rural Sustentável (em sua 15ª edição, Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial, que está disponível para acesso em www.iicaforumdrs.org.br) foram ferramentas adotadas para comunicar o conteúdo produzido e organizado fruto das cooperações técnicas nacionais e internacionais.

O Fórum DRS teve grande importância na criação de espaços para debater temas estratégicos. Nasceram os Fóruns e Cursos Internacionais, Jornadas DRS e



Novo site do
Fórum DRS

Seminários. Atores sociais e representantes de organizações, gestores públicos, movimentos sociais, acadêmicos, da sociedade civil em geral e entidades de fomento do Brasil e de outros países participaram ao longo de sete anos. No total, foram mais de dez edições realizadas, mil páginas de relatórios e 960 minutos de áudios gravados.

“Os numerosos eventos promovido pelo Fórum constituem uma valiosa contribuição para o aperfeiçoamento e atualização dos conceitos e estratégias para o desenvolvimento rural territorial na América Latina”, Miranda

NOVA FASE

2012 marca uma fase reestruturação do Fórum DRS no que diz respeito a comunicação e difusão de sua ações. O site foi reformulado para ser mais informativo, objetivo e organizado de forma a atender melhor seus usuários e desde o dia 12 de março está de cara nova. O conteúdo está disposto de forma simplificada, com uma interface mais amigável.

Além dessa, outra mudança importante ocorreu no Boletim do Fórum DRS, que passou a ser enviado por email e disponibili-

zado de forma online. A publicação será enviada mensalmente e trará um resumo das principais novidades, notícias e ferramentas de comunicação. De forma a ampliar ainda mais e de promover a internacionalização do Fórum, também foi criada a Revista bilíngue, que está em sua primeira edição.

“Esse conjunto de mudanças ocorre no âmbito do processo de internacionalização do Fórum DRS e visa oferecer de forma estruturada e organizada ao parceiro do Fórum o conhecimento acumulado. Além disso, permite

por meio virtual, uma maior interação entre os participantes e a oportunidade de propor os temas que o fórum deve perseguir”, Breno.

E vem muito mais por aí (veja no quadro). Em abril, o IICA e o Fórum DRS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovem o Congresso Virtual Economia Verde e Inclusão Sócioprodutiva: o papel da Agricultura Familiar (leia mais na página XX). Outros eventos serão realizados no decorrer do ano e você fica sabendo de tudo.

São mais sete anos de atuação e o Fórum DRS segue amadurecendo. Afinal, a troca de experiências e a proposição de ideias inovadoras são contínuas. A participação ativa em ações de formação profissional públicas e privadas, envolvidos em atividades de desenvolvimento para as zonas rurais e combate a pobreza, cresce cada vez mais. Ainda existem muitos desafios e obstáculos, mas eles são menores do que em outras épocas.



Série Desenvolvimento Rural Sustentável

História do Fórum DRS

A primeira reunião internacional para discutir o projeto do Fórum aconteceu em Cartagena, Colômbia, nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2005. Participaram representantes do Peru, Colômbia, México, Costa Rica, Equador, Venezuela e Brasil, além do Diretor de Desenvolvimento do IICA, à época, Sergio Sepúlveda. Na ocasião os participantes avaliaram o estado da arte do desenvolvimento rural nas regiões centro americana e andina, assim como nos países presentes; discutiram as estratégias para ampliação da participação de outros países no Fórum; estabeleceram os compromissos operacionais para a implementação de tais estratégias. Em março de 2005, o IICA promoveu, em Brasília, um importante encontro entre representantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para discutir a minuta do Acordo Básico de fundação do Fórum DRS, instrumento que daria institucionalidade provisória ao Fórum. Em dezembro do mesmo ano, um novo encontro aconteceu em Brasília. Desta vez, para construir, de forma participativa, com os integrantes brasileiros, a proposta do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural. A jornada reuniu 60 representantes da academia e entidades de pesquisa, instituições de fomento, entidades governamentais e entidades da sociedade civil e representantes dos produtores rurais. Os temas que pautaram os debates foram: os objetivos específicos do Fórum; o perfil desejado de seus integrantes; os principais temas de interesse; os compromissos e formas de participação dos integrantes; a organização básica e o esboço do Modelo de Gestão e os principais instrumentos de atuação do Fórum.

Objetivos do Fórum DRS

- Apoiar o desenvolvimento de conceitos e metodologias inovadoras, tendo por base a realidade e as demandas de cada instituição.
- Recuperar, caracterizar e difundir experiências de melhores práticas em desenvolvimento rural sustentável.
- Apoiar a formulação e validação de políticas, mecanismos institucionais, metodologias e enfoques de trabalho.
- Apoiar processos de formação de capital humano.
- Promover a adoção de modelos inovadores de desenvolvimento rural sustentável que tenham o homem como sujeito de processos que visem superar assimetrias sociais, econômicas e espaciais.
- Promover processos de cooperação técnica horizontal.

O conhecimento acumulado do Fórum pode ser acessado por qualquer pessoa no site do Fórum DRS:

- - Série DRS
- - Diálogos do Fórum DRS
- - Revista Fórum DRS
- - Newsletter do Fórum DRS

O que vem por aí!

09/04 a 30/04 – Congresso Virtual Economia Verde e Inclusão Sócioprodutiva: o papel da agricultura familiar;

Outubro – IV Curso Internacional de Atualização Conceitual em Desenvolvimento Territorial

Novembro – VII Fórum Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável



Bruno Moraes, jornalista colaborador da
Revista do Fórum DRS





La Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial

2010 -2030:

un instrumento de
integración regional,
desarrollo sostenible y
participación

Creada como respuesta a la necesidad y a una demanda de los países centroamericanos, abocados a la formulación y ejecución de políticas de desarrollo rural en las cuales se busca incorporar, cada vez más, el enfoque territorial, la Ecadert cumple casi dos años de actividades. Conozca en este reportaje los principales resultados logrados hasta el momento por esta estrategia pionera para erradicar la pobreza en la América Central .

La Ecadert es un instrumento de política pública supranacional que se aplica tanto en el plano regional como en cada uno de los países, de acuerdo con las condiciones de estos y las decisiones de sus autoridades. En varios países ya fueron incorporados los principios y orientaciones generales de la Ecadert en políticas, planes y programas nacionales, y en uno se diseñó por primera vez una estrategia de desarrollo rural con enfoque territorial, derivada de la Ecadert. En otros casos ha habido una convergencia entre proyectos de ley y propuestas de transformación institucional previas a la Ecadert y las condiciones favorables creadas por ésta, para fortalecer esas iniciativas y cambios.

Durante las fases de formulación y ejecución inicial de la Ecadert se han desarrollado numerosas actividades de inducción al enfoque territorial y difusión de la Estrategia Centroamericana en todos los países de la región, asumidas cada vez más por autoridades nacionales y, gradualmente, por actores sociales e institucionales de un creciente número de territorios.

Desde hace casi dos años, las agencias de cooperación que acompañaron la formulación

de la Ecadert y otras que se han sumado desde entonces coordinan regularmente sus acciones de apoyo a la ejecución de la Estrategia en el plano regional. En 24 reuniones del Grupo Coordinador de este mecanismo interagencial y mediante planes de trabajo acordados con otros socios de la Plataforma Regional de Apoyo Técnico, se han establecido orientaciones comunes y decisiones compartidas para acompañar el proceso en la región. Periódicamente se realizan balances regionales de los avances y dificultades en el proceso de ejecución de la Ecadert, los cuales se dan a conocer públicamente después de ser presentados a la Comisión Regional. Actualmente, se establecen Plataformas Nacionales de Apoyo Técnico para coordinar este acompañamiento en cada país. Por otra parte, se han firmado convenios entre la Secretaría Ejecutiva del CAC y entidades socias de la Plataforma Regional, y se han negociado acuerdos de cooperación entre países e instituciones de la región, Brasil y España.

La participación creciente de universidades centroamericanas ha fortalecido el proceso Ecadert, tanto en la gestión del conocimiento como en acciones

formativas, y empiezan a gestarse vinculaciones directas entre universidades y territorios específicos. Los centros de investigación para el desarrollo y la incidencia empiezan a involucrarse, y se crean espacios para la reflexión conceptual y metodológica, el debate académico y la crítica constructiva acerca del proceso.

Algunas acciones regionales y resultados relevantes

En lo que se refiere al fortalecimiento de capacidades, además generar y realizar múltiples presentaciones sobre temas generales y específicos, la principal acción regional ha sido la organización y ejecución de las dos primeras ediciones del Curso Centroamericano en Gestión del Desarrollo Rural Territorial. Noventa y tres participantes en ellos, de los ocho países de la región, han recibido una sólida formación básica en tres encuentros presenciales y tres periodos de trabajo supervisado en territorio, impulsando la conformación de Grupos de Acción Territorial, procesos de planificación del desarrollo territorial, y la sistematización de sus aprendizajes en una veintena de territorios priorizados por los países. También se diseñó e impartió un curso semi-presencial y otro en línea, se dio el primer curso



Aprobación de ECADERT en Consejo de Ministros del CAC. Panamá, 12 de marzo del 2010. Mario Samper

introdutorio nacional en El Salvador, y se preparó un curso institucional en profundidad, que se impartirá próximamente en Costa Rica. Por otra parte, se han atendido demandas de fortalecimiento de capacidades de la Comisión Regional y las Comisiones Nacionales para la Ejecución de la Ecadert, de instituciones específicas y de grupos de gestión territorial u otras organizaciones, incluyendo la planificación estratégica territorial y la movilización de recursos para el desarrollo territorial.

Con apoyo de las entidades socias de la Plataforma Regional, del Fondo España-SICA, de Brasil y de entidades oficiales y no gubernamentales de la región, se han movilizado expertos tanto técnicos como de grupos de gestión territorial, en respuesta a demanda. Dichos expertos

han apoyados transformaciones institucionales, la elaboración y ejecución de políticas de desarrollo rural con enfoque territorial, procesos de gestión, iniciativas específicas y formulación de planes y proyectos de DRT.

Se ha sistematizado varias experiencias centroamericanas, se han generado espacios de reflexión metodológica en torno a ellos, y se han realizado intercambios entre técnicos, actores sociales y gobiernos locales de territorios españoles, brasileños y centroamericanos. Estas sistematizaciones e intercambios han nutrido la presentación de casos exitosos y aprendizajes, tanto positivos como negativos, en los cursos y encuentros, como también la identificación y organización sistemática de herramientas validadas en la práctica para los

distintos momentos y facetas del proceso de gestión territorial.

APOYO - El proceso Ecadert ha contado con el apoyo sostenido de la Agencia Española de Cooperación Internacional desde su fase de formulación, y ya se realizó la primera convocatoria de un Fondo Regional competitivo, con recursos del Fondo España-SICA, para apoyar iniciativas de desarrollo en territorios priorizados por los países. Algunos Estados nacionales, por su parte, empiezan a destinar recursos del presupuesto oficial para la ejecución de acciones relacionadas con el proceso Ecadert, en el marco de sus propios planes y programas. Esta tendencia, todavía incipiente, tendrá que reforzarse considerablemente en los próximos años, y complementarse con la asignación de

presupuestos municipales y de otras fuentes en cada uno de los territorios priorizados.

La principal acción regional ha sido la organización y ejecución de las dos primeras ediciones del Curso Centroamericano en Gestión del Desarrollo Rural Territorial.

Actualmente hay 31 territorios focales designados por las Comisiones Nacionales, así como varias propuestas de territorios transfronterizos y dos propuestas de territorios afines, situados en varios países: uno definido en términos agroambientales, por los impactos del cambio climático en el Corredor Seco centroamericano y Arco Seco de Panamá, y otro en términos culturales, en las comunidades afrodescendientes de lengua garífuna en el litoral caribe, desde Belice hasta Nicaragua.

PLANES - La Ecadert, en sí misma, ha sido un ejercicio de prospectiva ampliamente participativo, que empieza a traducirse en planes estratégicos regionales, nacionales y territoriales. Ya se han elaborado los primeros planes operativos anuales, que requieren de seguimiento, evaluación y auditoría social. Ya se desarrolló un mecanismo integrado de presupuestación oficial,

que permitirá dar seguimiento a la ejecución presupuestaria por parte de entidades oficiales, y se elaboró una propuesta de indicadores de impacto. Actualmente se están dando los pasos iniciales para el diseño modular de un sistema de gestión estratégica territorial, en apoyo al proceso Ecadert pero con la intención de ponerlo a disposición de todos los países del hemisferio. Para ello se ha estudiado la experiencia brasileña y mexicana.

La formulación misma de la Ecadert se documentó y fue sistematizada, y el proceso tanto preparatorio como de ejecución inicial han sido registrados metódicamente en el plano regional y, en la medida de lo posible, en los planos nacional y territorial. Esta documentación escrita, fotográfica y audiovisual será un insumo para la sistematización del proceso Ecadert, que ya se inició en lo referente al Programa de Formación de Capacidades y se espera comenzar en poco tiempo para las demás líneas de trabajo. Los resultados de esta sistematización alimentarán, a su vez, la evaluación participativa del proceso, en su conjunto.

Aunque la estrategia de comunicación social de la Ecadert recién empieza a formularse, sea difundido sistemáticamente información sobre las acciones



aqui espaço reservado para uma legenda ou pequena nota.

regionales, nacionales y territoriales, y se han creado espacios virtuales, medios de comunicación electrónicos y redes en los cuales participan regularmente cientos de personas, dentro y fuera de la región.

A finales del 2010 se realizó en La Antigua Guatemala la primera Semana del Desarrollo Rural Territorial en Centroamérica y República Dominicana, con varios encuentros simultáneos y el primer Congreso Centroamericano sobre DRT en la región, en la cual se presentaron y comentaron múltiples experiencias, con más de 200 participantes. Actualmente se prepara la segunda Semana del DRT en Centroamérica y República Dominicana, durante la cual se reunirán la Comisión Regional para la Ejecución de la Ecadert y la Red de Grupos de Acción Territorial de Centroamérica y República Dominicana, habrá un encuentro de alcaldes de territorios focales y un simposio académico sobre Universidad, investigación y DRT. También se reunirá el Consejo de Ministros del Consejo Agropecuario Centroamericano y habrá una sesión conjunta con los Ministros de Ambiente de la región. El segundo Congreso regional sobre DRT tendrá como tema principal el de generación de empleo y desarrollo rural territorial.

La Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial 2010 -2030 (Ecadert) es una política del Sistema de Integración Centroamericana (SICA), aprobada primero a nivel ministerial por el Consejo Agropecuario Centroamericano, en marzo del 2010, y luego por la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del SICA, en junio de ese mismo año. Pero es también, sobre todo, un proceso regional, nacional y territorial, con grados diversos pero crecientes de apropiación por parte de múltiples actores políticos, sociales e institucionales.

Como instrumento de integración y como proceso de desarrollo, la Ecadert es asimismo un medio de hermanamiento entre los pueblos centroamericanos. Facilita el diálogo, los intercambios y las relaciones colaborativas entre sus organizaciones e instituciones, tanto locales como nacionales e internacionales. Quienes participan en este proceso, en los siete países centroamericanos y República Dominicana, comparten principios y valores fundamentales, orientaciones estratégicas consensuadas, experiencias compartidas e iniciativas regionales o transfronterizas. Establecen vínculos fuertes y solidarios mediante encuentros presenciales, visitas recíprocas y redes de actores sociales e institucionales, como también en diversos programas de trabajo que articulan procesos territoriales, nacionales y regionales.



Mário Samper, colaborador de la *Revista do Fórum DRS*.





Ruralidad y Territorios Agrarios en Paraguay

Estudio desarrollado por especialistas reúne indicadores que ayudan a conocer qué es y cómo es la realidad de la ruralidad paraguaya hoy día. El intuio del estudio ha sido visualizar y visibilizar lo rural, al tiempo de estimular nuevos debates que contribuyan luego a la redefinición de políticas más acordes a la actualidad del mundo rural paraguayo. Conozca en este reportaje los principales puntos de este estudio inédito.

En la actualidad, el mundo rural paraguayo se caracteriza por su magnitud y su complejidad, la que nace de la heterogeneidad de realidades y actores que la componen: desde pequeños, medianos y grandes productores primarios hasta industriales y agroexportadores directa o indirectamente vinculados al quehacer agropecuario nacional; además de poblaciones originarias (nativos) de distintas parcialidades que requieren de una efectiva asistencia técnica; en viviendas y en salud, entre otros. Se trata de segmentos de población con diferentes niveles educativos, con distintos intereses económicos y sociales, que convergen en el medio en que se desenvuelven y con la influencia e interacción de los centros urbanos propiamente dichos.

Por otro lado, es muy posible que la falta de interés o desconocimiento, lleve a que los estudios académicos, los análisis y las propuestas del Estado y gremios de la producción, dirigidas a la ruralidad y a los territorios agrarios, se asuman o acepten sin mayores discusiones. De este modo, los datos e informaciones que arrojan dichos trabajos, no permiten visualizar adecuadamente el mundo rural en su contexto polí-

tico, económico, social y productivo, subvalorando generalmente, sus aportes a la economía, a la cultura y al desarrollo del país.

Frente a este escenario, los especialistas: Fatima Almada, especialista en Desarrollo Rural Sostenible de la Oficina del IICA en Paraguay; Manuel Canales, doctor en Sociología y docente investigador de la Universidad de Chile y Alex Barril, Magister en Sociología y Post-título en Economía Agrícola desarrollaran estudio sobre el rural paraguayo. Conozca los principales puntos abordados en este estudio.

La ruralidad como hábitat

Según los especialistas, lo cierto es que el Paraguay actual es igualmente agrario pero crecientemente urbano. Es lo que se ha dado en llamar la agro-urbanización del país. Para comprender este fenómeno, hay que saber que la segunda mitad del siglo XX es, ante todo, el tiempo de la explosión demográfica intensa del país. "En esa época, la población se multiplica por cuatro, a una tasa promedio de 2,6%, una de las más altas en la historia del Paraguay. La década del 80 muestra un crecimiento más acelerado aún con una tasa del 3,2% aproximadamente", explica Almada.

En esta explosión demográfica puede hablarse de una doble fase. La primera, abarca de los años 50 hasta los 70, donde la población crece a una tasa elevada pero sobre una base poblacional previa reducida. Por eso, el crecimiento es de 500.000 nuevos habitantes por década. En la segunda fase, la población sigue creciendo a altas tasas, pero sobre bases poblacionales más elevadas (originadas en la fase anterior) y por eso, el crecimiento oscila en torno al millón de habitantes por década. Esta inflexión va a traer como consecuencia, una modificación sustantiva en el patrón de hábitat, en el sentido que este nuevo y acelerado crecimiento, será ante todo urbano.

La ruralidad como hábitat, ha sido capaz de retener y sostener el crecimiento poblacional a la par de las urbes, durante las décadas de los 50 al 70, pero no pudo hacerlo del mismo modo, cuando la población creció en forma acelerada por el salto de los 80. "Con todo, no debería hablarse de una *des-ruralización* en términos absolutos, pues la población rural se multiplicó por tres durante este período", concluye Almada.

Así el Paraguay rural fue capaz de sostener un crecimiento absoluto, a la par del crecimiento urbano, en las décadas de los 50, 60 y 70. Sin embargo, desde los 80, se rompe el paralelismo y es el crecimiento urbano el que comienza a acumular el adicional de la nueva población. De acuerdo con el estudio, este fenómeno se intensifica en los 90, cuando lo rural no puede acelerarse como la urbe, sino

que incluso no logra sostener o mantener su propio ritmo anterior. “La detención del crecimiento de la población rural, puede explicarse por: la ausencia de crecimiento vegetativo con pocas parejas en edad de reproducirse (des-ruralización por envejecimiento); o por la emigración a las urbes o al exterior, en donde el crecimiento rural, ya no puede detener esas emigraciones”, explica Almada.

En síntesis, el estudio muestra que hasta los 80 la ruralidad fue capaz de sostener la mitad del crecimiento poblacional. Desde entonces y con mayor intensidad, deja la tarea a las urbes. Las incógnitas que este fenómeno plantea son varias. Por ejemplo: ¿qué ocurrirá en las urbes cuando reciban a la población rural, como ya ocurre?

Tabela 1 - Población del Paraguay: agraria-metropolitana

Población	1970	1980	1990	2002
De las Metrópolis	555.628	831.434	1.381.101	1.979.297
Agraria	1.802.327	2.198.396	2.771.487	3.183.901
De ciudades agrarias	326.717	463.911	708.587	949.140
De áreas rurales	1.475.610	1.734.485	2.062.900	2.234.761
Porcentaje población agraria/país	76,4%	72,5%	67%	62%

Fuente: Elaboración IICA con datos de DGEEC. Año 2002.

El aporte económico real de lo agrario

Por lo general, el aporte de las actividades agropecuarias y forestales, es analizado hasta su forma primaria, sin tener en cuenta las formas industriales o de servicios. Por lo mismo, esta visión ampliada, nos permite también sobrepasar o superar las formas clásicas de medir el aporte económico real de las activi-

dades agropecuarias y forestales y su incidencia en las agro-ciudades de manera inmediata y en el país de manera extendida.

En los países de América Latina en general y en Paraguay en particular, las actividades agro-productivas tienen un peso relevante en el sector secundario (de la industria y la construcción) y en el terciario (de los servicios y el comercio), y por ende, den-

tro del Producto Interno Bruto (PIB). Asimismo, permanece el “antagonismo” o contraste entre lo primario y los demás sectores económicos relacionados a la industria y los servicios; la infraestructura y la logística, que sin embargo, se mueven en torno a las actividades económicas del país, fundamentalmente agrícolas.

Medido de la forma clásica, sólo las actividades agropecua-

rias y forestales primarias aportan al PIB alrededor del 30%; es decir que por cada tres dólares producidos al año en el país, un dólar es consecuencia o resultado de las labores primarias. Ahora bien, si el aporte es tomado desde el punto de vista de la agropecuaria y de las actividades forestales de una manera ampliada e integra-

da a las otras actividades económicas, el aporte al PIB sube a más del 60%. Llevado esto a términos de empleo, arroja también cifras similares, además de mostrarnos que las actividades primarias son tan eficientes en términos económicos para el país, como las secundarias y las terciarias.

Figura 1 - PIB Agrario/PIB Total



Fonte: IICA

Todo esto, denota la necesidad de buscar un modo que resuelva las omisiones censales y de fuentes oficiales – si bien involuntarias al menos significativas – de la importancia real de lo agrario para el país, integrando todas las formas de medir lo rural y lo agrario con sus articulaciones, más allá del límite entre el campo y las ciudades, superando la visión dicotómica que los separa.

Adicionalmente, es preciso reconocer la heterogeneidad

del sistema económico del país y entender los enclaves territoriales diversos que mueven la dinámica no sólo productiva sino también social en la que nos desarrollamos.

Al respecto, se propone la identificación de territorios como factores de desarrollo, entendiendo que un elemento significativo de la identidad de éstos se refiere a las actividades agropecuarias presentes y específicas a lo largo del país. Proponemos una aproximación

inicial - para nada conclusiva - de grandes territorios agrupados por actividades agro-productivas dominantes e identificadoras, resultando ocho (8) territorios agrarios, incluyendo al Chaco Paraguayo como gran región del país con potencial subvalorado en muchos casos.

Cuestiones que requieren de análisis y debate

Para confirmar y complementar el análisis y la construcción de la ruralidad actual, la exploración del discurso de los actores rurales y de las agro-ciudades así como el análisis de la Agricultura Familiar como segmento con presencia mayoritaria en las áreas rurales, el estudio habla que es posible identificar algunas tendencias que a su vez, nos plantean cuestiones o temas relevantes y críticos que deben ser abordadas desde diferentes ámbitos y campos de acción. Básicamente, las cuestiones en el campo se refieren a:

- La emigración: la salida del campo en busca de mejores oportunidades.
- La realidad de que el campo ya no es lo que era, pero tampoco volverá a serlo aún cuando la añoranza continúa presente.

La detención del crecimiento de la población rural, puede explicarse por: la ausencia de crecimiento vegetativo con pocas parejas en edad de reproducirse (des-ruralización por envejecimiento); o por la emigración a las urbes o al exterior, en donde el crecimiento rural, ya no puede detener esas emigraciones.

Fátima Almada

- La crisis del campesinado y la apertura hacia nuevos modelos de producción y de vida, más orientados a un mercado cada vez más competitivo.
- La diversidad de actores, lógicas de producción y de vida que van conformando los diversos territorios presentes en el país.
- La institucionalización y ramificación de estrategias de vida asociadas a prácticas formales o informales, que van tornándose comunes y por ello, a veces hasta normales.

Desafíos - Sobre estas cuestiones, los especialistas dicen que hace falta la instalación de mesas de diálogo y negociación público-privadas capaces de generar, políticas, planes y programas de

desarrollo rural que contemplen la ruralidad y la territorialidad agraria del Paraguay; además de supervisarlos y evaluarlos en sus impactos sociales, económicos y culturales, principalmente.

“En este contexto, la Agricultura Familiar, se encuentra en un proceso de disminución en el tamaño de las unidades; y de lenta reubicación geográfica, más por la influencia de otras formas productivas que por inercia propia. En realidad, no está en los albores de su desaparición, pero sí se encuentra en un momento de inflexión importante, teniendo como principal reto, la imperiosa necesidad de asumir rumbos futuros que la posicionen en el “tablero” de la economía nacional y regional en una primera etapa”, finaliza Almada.



Fernando Díaz, periodista colaborador de la Revista do Fórum DRS.



Mireya Eugenia Valencia Perafán é Médica Veterinaria con Maestría en Desarrollo Rural y Doctorado en Ciencias Sociales do IICA.



La gestión estratégica es una herramienta que se ofrece, en el marco de una nueva gestión pública, a organizaciones gubernamentales y a la sociedad civil, para contribuir con la generación del máximo valor posible a los recursos que les han sido confiados para su administración. Esa nueva gestión pública reconoce la importancia de la cogestión, entre los ciudadanos y el poder público, de nuevos arreglos institucionales para la toma de decisiones que implican, a su vez, negociaciones, articulaciones y resolución de conflictos. Independiente de esta tendencia de la administración pública colocar su mayor peso en un gerenciamiento más participativo y dialógico, también reconoce la necesidad de contar con administraciones públicas eficaces, eficientes y responsables del mandato político democrático.

Cuando el Ministerio de Desarrollo Agrario del Brasil, por medio de su Secretaria de Desarrollo Territorial, decide asumir el desafío

La gestión estratégica en el sector público: una responsabilidad de todos

de trabajar para el desarrollo rural sostenible siguiendo el enfoque territorial está enfrentándose a una novedosa forma de implementar políticas públicas. El enfoque territorial, además de presentarse como alternativa a los agotados modelos de desarrollo de las últimas cinco décadas del pasado siglo XX, invita a pensar los procesos de desarrollo a partir de la complejidad, diversidad y heterogeneidad de las relaciones que construyen el territorio.

De hecho, una de las mayores innovaciones de la política de desarrollo rural con enfoque territorial es la apertura de amplios espacios de participación, autogestión y descentralización de decisiones en la formulación, ejecución y control social de las acciones que componen las estrategias de la política pública. Esto implica la presencia activa de un amplio conjunto de actores en los diferentes niveles de gestión.

Es por esto que, para favorecer los procesos de gestión social en los territorios rurales y mejorar la gestión interna de la SDT, diseñó e implementó un Sistema de Gestión Estratégica -SGE. Este sistema es una evidencia que los gestores de la política le apuestan al desar-

rollo de herramientas coherentes con la propuesta compleja del enfoque territorial.

Sin embargo, aún es necesario avanzar en la apropiación, por parte de los gestores, de los datos e informaciones generadas por el Sistema para, a partir de estos, orientar sus acciones y fortalecer las prácticas de planeación y gestión. Además de informaciones sobre la gestión de la política, el SGE es un medio para construir o reconstruir conocimientos sobre las realidades territoriales. Ese conocimiento ayuda en la comprensión de comportamientos y prácticas que deberán ser potencializadas o corregidas con el propósito de fortalecer los lazos de proximidad organizada en los territorios rurales.

Son muchos los usos que pueden ser dados a los sistemas de gestión. Lo importante es que sean apropiados y siempre adaptados a las necesidades de información e comunicación de sus usuarios. De otro lado, la implementación de estos sistemas deberá venir acompañada de nuevos arreglos institucionales y nuevas formas de gerenciar lo público, o sea, aquello que es del interés de todos.

Frases DRS

"Quanto vale a vida? Para começar, um bom copo de água"

resposta irônica dada por um dos participantes do Fórum Mundial Alternativo de Água (FAME) que se reuniu na França, paralelamente ao muito oficial Fórum Mundial da Água (FME) ao jornalista Eduardo Febbro (fonte Agência Carta Maior 19/03/2012)

"Precisamos exigir o cumprimento de direitos que, na realidade, significam que os povos tenham a possibilidade de incidir em projetos que serão realizados dentro de seus territórios"

ativista **Sander Otten**, do comitê técnico da Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas (Caoi), que reúne grupos da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru sobre um dos desafios de incluir os direitos dos povos nativos na concepção do desenvolvimento sustentável. (fonte: Agência Envolverde 29/03/2012)

"A minha sensação é que a conversa mudou. A solução para duplicar a produção de alimentos na mesma área, nos próximos 20 anos, está na discussão entre ONGs, empresas e agências governamentais. Hoje estou otimista porque existe uma nova geração interessada em encontrar um espaço de colaboração.", diz **Hugh Grant**, presidente mundial da empresa Monsanto, alvo de ambientalistas nos últimos 15 anos, sobre os avanços na relação entre a empresa e os grupos contrários ao cultivo de transgênicos. Para ele, a maior preocupação com o uso da água e com o fim do desmatamento despertou um debate mais maduro.

(fonte: Folha de S. Paulo 29/03/2012)

da pobreza e (levou para a situação de) segurança alimentar. E, ao mesmo tempo, também conservou e recuperou o meio ambiente", **Tekalign Mamo**, consultor do Ministério da Agricultura na Etiópia, sobre o modelo do Programa de Segurança Produtiva da Etiópia, que começou em 2003 com a participação do governo e parceiros internacionais. O programa foi citado no relatório divulgado em março pela Comissão de Agricultura Sustentável e Mudança Climática (fonte BBC Brasil 29/03/2012)

"No dia 22 de março, a capital do Equador, Quito, foi um dos retratos mais fiéis da atualidade política, econômica e social da América Latina. Estavam em disputa duas noções distintas de desenvolvimento, dois projetos políticos, duas visões de mundo, duas maneiras de entender riqueza e bem-estar. Parecem irreconciliáveis. Suas ideias estão em embate claro e aberto"

Tadeu Breda, autor de *O Equador é Verde – Rafael Correa e os Paradigmas do Desenvolvimento* (Editora Elefante, 2011), em artigo escrito para a Rede Brasil Atual. (fonte Agência Carta Maior 22/03/2012)



Série Desenvolvimento Rural Sustentável

A SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL expressa a efetiva colaboração tanto da Representação do IICA no Brasil quanto do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável em busca do desenvolvimento agrícola e do bem-estar das comunidades rurais.

Reúne artigos assinados por renomados profissionais nacionais e internacionais com o objetivo de difundir e suscitar o intercâmbio de conhecimentos e de iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável no meio rural, promovidos por instituições acadêmicas, instituições governamentais e não governamentais e organizações da sociedade em geral.



Mais detalhes da Série no site: www.iicaforumdrs.org.br

Convite

28ª Jornada Temática do Fórum DRS

Aperfeiçoamento das políticas públicas de
enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do
desenvolvimento territorial



Objetivos:

- apresentar a proposta técnica;
- discutir os avanços conceituais e metodológicos da proposta;
- receber os comentários e sugestões dos participantes.

Expositores:

Sérgio Leite - CPDA/OPPA

Renato Maluf - CPDA/OPPA

Philippe Bonnal - CIRAD/OPPA

18 | abril | 2012

09h às 16h

Auditório do IICA

Informações e inscrições:

www.iicaforumdrs.org.br



Secretaria de
Desenvolvimento Territorial

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



